

SUBSTABELECIMENTO

Eu, ALEX HENNEMANN, advogado inscrito na OABTO sob nº 2138, Titular do Escritório **ALEX HENNEMANN SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob nº 17.667.303/0001-65 e OAB-TO sob nº 163, estabelecida em Palmas - TO, na Quadra 103 Sul, Rua SO 01, Lote 01, Plano Diretor Sul, JK Business Center, CEP 77.015-014, Sala 1501, telefone (63)3225-1674, **SUBSTABELEÇO**, sem reservas de poderes, aos advogados **VALDIVINO PASSOS SANTOS**, brasileiro, divorciado, advogado inscrito na OAB TO 4372, com endereço profissional na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 501 Sul, Lote 06, Edifício Amazonas Center, Sala 406, Palmas - TO, Telefone (63) 3213.1654 e **SÁVIO BARBALHO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB-TO 747, integrante da Sociedade de Advogados **FRANÇA DALTOÉ & BARBALHO RIBEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade civil de advogados, registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Tocantins, sob o número 418, inscrita no CNPJ nº 29.304.647/0001-99, estabelecida na Av. Piauí, nº. 1659, Centro, Gurupi, Estado do Tocantins, CEP: 77.410.030, Telefone: (63) 3351.3742 e-mail advocacia@fdbr.com.br, os poderes a mim outorgados no presente feito.

Palmas, 5 de abril de 2019.



ALEX HENNEMANN
OABTO 2138

Alex Hennemann
Advogado
OABTO 2138

02/08/2013

PLENÁRIO

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 669.069 MINAS GERAIS

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
RECTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: VIAÇÃO TRÊS CORAÇÕES LTDA
ADV.(A/S)	: ELIAS SOARES PEREIRA
RECDO.(A/S)	: LUIZ CLÁUDIO SALLES DA LUZ
ADV.(A/S)	: ROBERTO IEMINI DE CARVALHO

EMENTA: ADMINISTRATIVO. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. PRESCRIÇÃO. INTERPRETAÇÃO DA RESSALVA FINAL PREVISTA NO ARTIGO 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.

Apresenta repercussão geral o recurso extraordinário no qual se discute o alcance da imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário prevista no artigo 37, § 5º, da Constituição Federal.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, reputou constitucional a questão. O Tribunal, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada.

Ministro TEORI ZAVASCKI

Relator

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 669.069 MINAS GERAIS

1. Trata-se de recurso extraordinário interposto em demanda objetivando a condenação da Viação Três Corações Ltda. ao pagamento de indenização por ter causado acidente em que se danificou automóvel de propriedade da União. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região confirmou a sentença que extinguiu o processo por prescrição, ao entendimento de que a ação de ressarcimento por danos causados ao erário deve observar o prazo prescricional quinquenal, não se aplicando a parte final do artigo 37, § 5º, da Constituição Federal.

No recurso extraordinário, a União sustenta, preliminarmente, a existência de repercussão geral da matéria, conforme estabelece o art. 543-A, § 2º, do CPC, asseverando a necessidade de se definir qual a correta interpretação do disposto no invocado artigo 37, § 5º da Constituição, cumprindo atentar para o princípio isonômico no tratamento em face da variada natureza da responsabilidade por danos ao erário, provocada pela variedade das formas e dos agentes causadores desses danos.

Requer, como base no dispositivo constitucional, a reforma do acórdão para que se reconheça a imprescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário.

Em contrarrazões, pede-se o não-conhecimento do recurso, pelo óbice da Súmula 279/STF (Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário) e, se conhecido, o seu improvimento.

2. O juízo sobre a matéria constitucional posta no recurso não está subordinado a qualquer reexame de fatos ou de provas, não havendo, portanto, o óbice alegado pelo recorrido. Presentes os demais requisitos formais de admissibilidade, conheço do recurso extraordinário e passo à análise da repercussão geral.

3. Questiona-se, à luz do § 5º do artigo 37, da Constituição Federal, o sentido e o alcance a ser dado à ressalva final do dispositivo, segundo o qual, “a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento”.

RE 669069 RG / MG

4. A questão transcende os limites subjetivos da causa, havendo, no plano doutrinário e jurisprudencial, acirrada divergência de entendimentos, fundamentados, basicamente, em três linhas interpretativas: (a) a imprescritibilidade aludida no dispositivo constitucional alcança qualquer tipo de ação de ressarcimento ao erário; (b) a imprescritibilidade alcança apenas as ações por danos ao erário decorrentes de ilícito penal ou de improbidade administrativa; (c) o dispositivo não contém norma apta a consagrar imprescritibilidade alguma. É manifesta, assim, a relevância e a transcendência dessa questão constitucional.

5. Diante do exposto, manifesto-me pela existência de repercussão geral da questão suscitada.

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 669.069 MINAS GERAIS

PRONUNCIAMENTO

PRESCRIÇÃO – AÇÃO PATRIMONIAL – RESSARCIMENTO DO ESTADO – ARTIGO 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – RECONHECIMENTO NA ORIGEM DO PRAZO QUINQUENAL – RECURSO EXTRAORDINÁRIO – REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA.

1. O Gabinete prestou as seguintes informações:

Eis a síntese do que discutido no Recurso Extraordinário nº 669.069/MG, da relatoria do ministro Teori Zavascki, inserido no sistema eletrônico da repercussão geral às 23 horas e 59 minutos do dia 14 de junho de 2013.

A Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao negar provimento à Apelação nº 5634-50.2008.4.01.3809 e à remessa oficial, consignou ser quinquenal a prescrição referente à ação de indenização por prejuízos causados ao erário, não relacionados a atos de improbidade. Concluiu pela improcedência do pedido de ressarcimento de danos materiais formulado contra a empresa recorrida, provocados em virtude de acidente de trânsito envolvendo veículo dessa e da União, ante o transcurso do prazo prescricional.

Não houve interposição de embargos declaratórios.

No extraordinário, protocolado com alegada base na alínea “a” do permissivo constitucional, a União arguiu ofensa ao artigo 37, § 5º, do Diploma Maior. Sustenta a aplicabilidade do aludido preceito às lesões ao patrimônio público cometidas por

RE 669069 RG / MG

particulares, no tocante à imprescritibilidade das respectivas ações de ressarcimento, sob pena de torná-los imunes à responsabilização pelos ilícitos praticados em detrimento do Estado, diferentemente dos agentes públicos, que sempre seriam responsabilizados, em afronta ao princípio da isonomia.

Sob o ângulo da repercussão geral, afirma ultrapassar o tema o interesse subjetivo das partes, porquanto o entendimento que vier a ser formalizado repercutirá em outros casos idênticos.

A recorrida, nas contrarrazões, diz da impossibilidade de arguição de matéria fática em sede de extraordinário.

O extraordinário foi admitido na origem.

Eis o pronunciamento do ministro Teori Zavascki:

1. Trata-se de recurso extraordinário interposto em demanda objetivando a condenação da Viação Três Corações Ltda. ao pagamento de indenização por ter causado acidente em que se danificou automóvel de propriedade da União. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região confirmou a sentença que extinguiu o processo por prescrição, ao entendimento de que a ação de ressarcimento por danos causados ao erário deve observar o prazo prescricional quinquenal, não se aplicando a parte final do artigo 37, § 5º, da Constituição Federal.

No recurso extraordinário, a União sustenta, preliminarmente, a existência de repercussão geral da matéria, conforme estabelece o art. 543-A, § 2º, do CPC, asseverando a necessidade de se definir qual a correta interpretação do disposto no invocado artigo 37, § 5º da Constituição, cumprindo atentar para o princípio isonômico no tratamento em face da variada natureza da

RE 669069 RG / MG

responsabilidade por danos ao erário, provocada pela variedade das formas e dos agentes causadores desses danos.

Requer, como base no dispositivo constitucional, a reforma do acórdão para que se reconheça a imprescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário.

Em contrarrazões, pede-se o não-conhecimento do recurso, pelo óbice da Súmula 279/STF (Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário) e, se conhecido, o seu improvimento.

2. O juízo sobre a matéria constitucional posta no recurso não está subordinado a qualquer reexame de fatos ou de provas, não havendo, portanto, o óbice alegado pelo recorrido. Presentes os demais requisitos formais de admissibilidade, conheço do recurso extraordinário e passo à análise da repercussão geral.

3. Questiona-se, à luz do § 5º do artigo 37, da Constituição Federal, o sentido e o alcance a ser dado à ressalva final do dispositivo, segundo o qual, a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

4. A questão transcende os limites subjetivos da causa, havendo, no plano doutrinário e jurisprudencial, acirrada divergência de entendimentos, fundamentados, basicamente, em três linhas interpretativas: (a) a imprescritibilidade aludida no dispositivo constitucional alcança qualquer tipo de ação de ressarcimento ao erário; (b) a imprescritibilidade alcança apenas as ações por danos ao erário decorrentes de ilícito penal ou de improbidade administrativa; (c) o dispositivo não contém norma apta a consagrar imprescritibilidade alguma. É

RE 669069 RG / MG

manifesta, assim, a relevância e a transcendência dessa questão constitucional.

5. Diante do exposto, manifesto-me pela existência de repercussão geral da questão suscitada.

2. Eis um tema que está a merecer o enfrentamento pelo Supremo para definir o alcance do artigo 37, § 5º, da Constituição Federal. Mesmo diante do sistema, a revelar a prescrição relativamente às ações patrimoniais, vem-se assentando a imprescritibilidade. Variam os pronunciamentos judiciais, havendo o Tribunal Regional Federal da 1ª Região concluído de forma diversa.

3. Admito a configuração da repercussão geral.

4. Ao Gabinete, para acompanhar a tramitação do incidente, observando, no tocante a processos que estejam aguardando exame, o que vier a ser decidido pelo denominado Plenário Virtual.

5. Publiquem.

Brasília – residência –, 22 de junho de 2013, às 12h35.

Ministro MARCO AURÉLIO